

Protocolo n° _____ Data: _____ / _____ / _____ Hora: _____ / _____ Funcionário: _____	<u>INDICAÇÃO</u> <u>N° 036/2018</u>
Autor: Josafá Martins Babosa Co Autoria Manoel Mazzutti Neto	

Senhor Presidente;
Senhores vereadores;

Com fundamento nos dispositivos regimentais em vigor nesta Casa de Lei, requiro à Mesa Diretora depois de ouvido o Plenário Soberano, que seja endereçada correspondência indicatória ao Chefe do Executivo Municipal, com cópias ao (SAS) Secretaria de Assistência Social, mostrando aos mesmos a necessidade em buscar convênios com o Governo Federal e Estadual, para implantar o Projeto Minha Casa Minha Vida. No Município de Primavera do Leste, aonde ira atender famílias com o teto máximo de 1.800,00 conforme a Lei federal de baixa renda incluindo o nível 1,2,3.com a finalidade de suprir as demandas de moradia. Do Município de Primavera do Leste – Mato Grosso

JUSTIFICATIVA:

O acesso à moradia sempre foi importante objetivo das famílias brasileiras. Desde o século XX diferentes investidas foram feitas por parte dos diferentes governos visando prover à população a possibilidade de adquirir sua unidade domiciliar, no entanto ,passados os anos ,o déficit habitacional brasileiro vem aumentando, representando gradativamente um dos maiores problemas brasileiros da atualidade. Tal problema é altamente dependente de políticas públicas, que propiciem o acesso da população a casa própria, pois é o sonho de todo trabalhador e pai ou mãe de família, na medida em que, 90% desse déficit se concentram na população de baixíssima renda.

No Brasil, os governos historicamente tem abordado o problema com diferentes medidas incluindo a lei do Inquilinato, o aluguel solidário e a Fundação Casa Popular, implementadas em 1942 e 1946 respectivamente. Tais medidas, embora bem intencionadas, acabaram por ser pouco eficazes na eliminação do déficit de residências no Brasil, em 1964,ocorreu a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que

Trouxe maior disponibilidade de recursos para o financiamento habitacional escolhendo o extinto Banco Nacional da Habitação e posteriormente a Caixa Econômica Federal como gestor operacional. A instituição do (SFH), apesar de importante, não conseguiu acessar de forma efetiva a população de baixa renda, assim, diante de um problema de grandes dimensões cujas tentativas de solução anteriores tiveram insucessos totais, em 2009, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com o objetivo de reduzir em um percentual plausível o déficit de moradias no País. Programa este voltado exclusivamente para a população de baixa renda o programa incentiva por meio de taxas de juros, bem baixo das de mercado e por subsídios o acesso à unidade habitacional.

A presente proposta, busca a compreensão das políticas Públicas habitacionais brasileiras ao longo do tempo e dirige especial atenção ao Programa Minha Casa Minha Vida, visando avultar no cumprimento da meta inicial de criar três milhões de unidades habitacionais em todo o Brasil, devemos salientar ainda que o déficit habitacional brasileiro persistirá e dependerá de novas políticas governamentais que precisam de um aprimoramento contínuo, o que imprime especial relevância a estudos sobre o tema. Adicionalmente, a alta participação do setor de construção civil No Produto Interno Bruto brasileiro faz com que investimentos no setor habitacional tenham forte impacto no crescimento do país, o que adiciona importância aos estudos sobre o problema habitacional brasileiro em questão.

Déficit Habitacional Brasileiro. Para a presente proposta se faz necessária a compreensão de como é calculado o déficit habitacional brasileiro, bem como mensurações sobre tal déficit.

De início, o déficit habitacional pode ser calculado de duas maneiras distintas. A primeira forma de cálculo, elaborada por Prado e Pelin (1993), define o déficit habitacional sendo composto por três segmentos distintos: o déficit por moradia conjunta, o déficit por moradia precária e o déficit por moradia deficiente, e convenhamos, são estas as condições encontradas. Tanto é que, não há necessidade de si fazer um estudo mais aprofundado para se constatar a situação degradante e desumana em que as pessoas ali vivem. Muitos pesquisadores de casos semelhantes ao que ora lhe apresentamos, justificaram o primeiro segmento como sendo as habitações onde duas ou mais famílias coabitavam o segundo segmento como lojas, Salas, comerciais ou imóveis em construção, casas taipa sem revestimento ou feitas de madeira reaproveitada que servia de casa, sendo o terceiro segmento componente do cálculo do déficit as moradias sem acesso a canalização interna e rede de esgoto, situações vistas, onde três segmentos apresentaram números alarmantes.

Façamos um comparativo das três classes mencionadas a nível Brasil, com apresentação do déficit habitacional em números alarmantes e que causam grande preocupação, vejamos então.

- 1-Em 2,447,3047 milhões de famílias no primeiro segmento .
 - 2-Em 7,249 milhões nos segundo e terceiro segmentos respectivamente.
- Totalizando 12,7 milhões, ou um terço das famílias brasileiras à época do estudo.

A segunda forma de cálculo, instituída pela Fundação João Pinheiro em 1995, nasce sob o pressuposto primeiro de, em uma sociedade profundamente hierarquizada extremamente desigual como a brasileira, não se deve padronizar as necessidades de moradia para todos os estratos de renda, deve-se trabalhar com índices sociais ,pois em uma realidade como essa significa enfrentar um grande desafio , e certamente seria mais cômodo e simples para o analista fazer a tábula rasa dessa complexidade social, seja do ponto de vista técnico ou do de justificativa política, e, dessa forma, utilizar parâmetros idênticos para tratar a questão habitacional de forma homogênea. No entanto, esse posicionamento implica problemas substantivos, os índices assim levantados possuem menor serventia para tomadas de decisão pelo poder público, sob uma perspectiva sociológica, o problema da moradia revela o dinamismo e a complexidade de determinada realidade sócio econômica. As necessidades do habitat, nesse sentido, não se limitam exclusivamente a um objeto material e sim de fim Social, dessa forma, as demandas habitacionais são diversas nos diferentes segmentos da sociedade que mais carece deste benefício, e além disso, variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade em que habitam. Exemplo, (Fundação João Pinheiro, 2008, p.11) A Fundação João Pinheiro conceitua o déficit habitacional como as moradias sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física, inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da 14 coabitação familiar forçada (famílias que pretendem construir um domicílio familiar e que coabitam por limitações financeiras), dos moradores de baixa renda com dificuldade de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade.

Inclui - se ainda nessa conceituação a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais , o caso ressoante em nosso Município, onde pessoas permaneceram a meses alojados no (Pianão). Em suma, a principal diferença entre as metodologias propostas por Pelin em 1993 e pela Fundação Jonas Pinheiro, é no tocante a definição sobre moradias inadequadas, não havendo questão de certo ou errado , mas de interpretações diversas. Estudo feito pela Fundação em 1995 apresentou um déficit habitacional de 5,6 milhões de moradias, porém dados mais recentes apontam que o déficit brasileiro de 2004 a 2006 atingiu o seu pico, em quase 8 milhões de lares. Em 2008 o valor estimado pela mesma fonte para o déficit foi de aproximadamente 7 milhões de unidades habitacionais em déficit , e com o ligeiro crescimento demográfico em nosso município, esse problema local da falta de moradia própria cada vez se acentua mais Políticas Habitacionais Anteriores ao Programa Minha Casa Minha Vida . A complexa e critica questão da habitação sempre foi assunto latente nos diferentes governos que pelo Brasil passaram desde o início do século , a pressão para gerar

formas de que pelo Brasil passaram desde o início do século XX, a pressão para gerar formas de financiamento, dilatação dos prazos e fundem com custos acessíveis, é pauta sempre atual até hoje. Os problemas aqui elencados se apresentam, em sequência temporal, os esforços feitos para o atendimento da população no que diz respeito ao acesso à moradia própria. Por isso a necessidade em dividir em três partes a problemática, constituindo a primeira de políticas elaboradas até 1964, a segunda de políticas implementadas após a instituição do Banco Nacional da habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a terceira após a extinção do BNH, de forma geral. O déficit habitacional se concentra historicamente nas populações de menor renda, e aqui em Primavera do Leste não se difere das outras cidades, e ao discorrer sobre o tema encentraremos razões para enviar esta proposição a Plenário, solicitando essa possibilidade de melhora aos cidadãos.

Portanto, sob este viés argumentativo, baseado na carência da população que passou a residir na referida localidade, em condições nada confortáveis degradante e desumanas, devido a falta de infra estrutura básica, falta de serviços essenciais e o cumprimento de Direitos fundamentais, garantidos na CF/88, visando uma melhor qualidade de vida aquela população, **é que vimos solicitar ao senhor Prefeito, a as Autoridades correlacionadas, que se possível atende3sse com urgência a nossa sugestão.**

Sala das sessões 17 de janeiro de 2018.

JOSAFÁ MARTINS BARBOSA MANOEL MAZZUTTI NETO

VEREADOR

(PP)

VEREADOR

PMDB

